

Governo suspende liberação de mensalidade escolar

João Cerqueira

BRASÍLIA Depois de quase um mês de protestos, os alunos da escolas particulares do Rio conseguiram seu objetivo: o governo decidiu modificar o decreto 95.720 que liberava os reajustes das mensalidades nos colégios. Sarney e seus ministros não sabem ainda qual será o novo mecanismo que irá regular a cobrança das mensalidades. Entre as propostas em estudo, estão a determinação de um teto para os aumentos ou a autorização para reajustes com base nas variações da URP. À vitória dos estudantes, seguiu-se a reação dos donos das escolas particulares. Roberto Dornas, presidente da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen), logo que soube da modificação, ameaçou deixar sem aulas 8 milhões de alunos no país inteiro. "As escolas estão funcionando há três anos no vermelho. Se voltar a indexação das mensalidades, não teremos como permanecer com as portas abertas", avisou ele.

A decisão de mudar o decreto ocorreu depois de o presidente Sarney e o ministro Hugo Napoleão terem convencido, através de um telefonema, o ministro Mailson da Nóbrega da necessidade de se alterar a lei. Na reunião matinal com 11 ministros de Estado para discutir a refor-

ma tributária, Sarney já havia revelado a sua intenção porque alguns colégios estavam abusando nos preços. A informação sobre as passeatas de estudantes em protesto contra os aumentos nas mensalidades pesou na decisão do presidente.

A alternativa apresentada pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto — congelamento da mensalidades —, sofre resistências no Ministério da Educação: "Se fizermos o congelamento, vamos premiar aqueles que abusaram da liberdade dada pelo Governo. O dono da escola que aumentou seus preços honestamente não vai suportar. Em compensação, os que aumentaram em até 2.000% vão agüentar tranquilamente os próximos três meses", argumentou o secretário-geral do Ministério da Educação, Luís Bandeira. O presidente Sarney quer uma solução que, se inviabilizar as escolas, não puna as famílias dos estudantes.

Para o presidente da Fenen, Roberto Dornas, as 35 mil escolas particulares do país não têm condições de sobreviver a um novo tabelamento das mensalidades: "Estamos há três anos funcionando no vermelho. Se voltar a indexação não teremos como permanecer com as portas abertas".

Dornas considerou a decisão do governador fluminense Moreira Franco de recorrer à Justiça para sustar a aplicação do decreto 95.720 no Estado do Rio como "um golpe eleitoreiro": "Estamos num período pré-eleitoral, em que todos desejam angariar votos. Esse assunto de mensalidade escolar é um prato cheio".

Depois de participar ativamente de todas as reuniões no MEC para rediscutir o decreto 95.720, Dornas levou ontem à tarde um clássico "chá de cadeira". Com a desculpa de estar reunido com o secretário-geral, Luís Bandeira, o secretário-adjunto do Ministério, Hélio Matos, deixou o presidente da Fenen esperando inutilmente o tempo todo e saiu pelo elevador privativo do ministro sem ser percebido.

Modificações — A reunião de hoje cedo entre o presidente Sarney e os ministros da Educação, Hugo Napoleão, e da Fazenda, Paulo César Ximenes (interino), decidirá as modificações a serem introduzidas no decreto que regulamenta o reajuste das mensalidades. Hugo Napoleão disse que "as mudanças estão nas mãos do ministro da Fazenda", acrescentando: "Faremos tudo para evitar abusos."



A concentração foi maior nas escadarias e na frente da Câmara Municipal

Custodio Coimbra